

EVIDENCIAÇÃO DAS PRÁTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADA

EVIDENCE OF SOCIAL RESPONSIBILITY PRACTICES OF PRIVATE HIGHER EDUCATION INSTITUTIONS

Fernanda Évilin de Jesus Fortunato LIMA

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
fernanda_evilin@hotmail.com

Rosamaria Cox Moura Leite PADGETT

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
rosamariamouraleite@gmail.com

Matheus Wemerson Gomes PEREIRA

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
matheuswgp@yahoo.com.br

Recebido em 05/2019 – Aprovado em 12/2019

Resumo

O presente estudo visa analisar os determinantes da evidenciação de práticas de responsabilidade social das instituições de ensino superior privadas brasileiras. As teorias que oferecem suporte ao estudo correspondem à teoria da divulgação e à teoria da legitimidade. A população consiste nas instituições de ensino superior brasileiras, que atuam no âmbito privado, listadas pelo e-MEC. Após o uso de alguns filtros a amostra estudada foi de 294 instituições de ensino. A pesquisa analisa informações de responsabilidade social disponíveis nos sites das instituições de ensino superior, e as variáveis determinantes adotadas para testar as hipóteses propostas foram: tamanho da instituição, fator regional, instituições comunitárias, instituições confessionais e instituições filantrópicas. Os resultados da pesquisa demonstram que o fator regional consiste em um determinante para evidenciação de práticas de responsabilidade social, sendo que as instituições de ensino superior localizadas na região sul, são as que evidenciam informações.

Palavras-chave: evidenciação de práticas de responsabilidade social; instituições de ensino superior privadas; teoria da divulgação; teoria da legitimidade.

Abstract

This study aims to analyze the determinants of the disclosure of social responsibility practices of Brazilian private higher education institutions. The theories that support the study correspond to the theory of disclosure and the theory of legitimacy. The sample universe consists of the Brazilian higher education institutions, which operate in the private sphere, listed by e-MEC, some filters were adopted that resulted in a sample of 294 educational institutions. The research analyzes social responsibility information available on the websites of higher education institutions that make up the sample. The determining variables used to test the hypotheses proposed were: size of the institution, regional factor, community institutions, denominational institutions and philanthropic institutions. The results show that the regional factor is a determinant for evidence of social responsibility practices, and the institutions of higher education located in the southern region are those that evidence information.

Keywords: *disclosure of social responsibility practices; private higher education institutions; diffusion theory; theory of legitimacy.*

1 INTRODUÇÃO

O uso descontrolado dos recursos naturais comprometeu significativamente o planeta (ALIGLERI; ALIGLERI; KRUGLIANSKAS, 2009). Diante dessa situação, a pressão sofrida pelas organizações para desempenharem suas atividades com responsabilidade e ética, reforçando seu compromisso com o desenvolvimento sustentável por meio de uma gestão transparente e atenta aos impactos decorrentes de suas operações, tornou-se cada vez mais evidente (MOURA, 2002).

As pesquisas relacionadas a essa temática evoluíram de forma significativa nas últimas décadas, pois a consciência de que os recursos

naturais são finitos gera uma grande preocupação em relação à preservação do meio ambiente (ALIGLERI; ALIGLERI; KRUGLIANSKAS, 2009). Moura (2002) explica que a percepção de que a degradação do meio ambiente tem causando problemas ambientais levou o homem a buscar alternativas para promover a consciência ambiental e, assim, em meados dos anos 1990, a temática sobre responsabilidade social passou a fazer parte do cotidiano das empresas e dos indivíduos.

A adoção de ações voltadas à responsabilidade social reflete-se na qualidade de vida das pessoas, assim como no desempenho financeiro e gerencial das organizações (ROWLEY; BERMAN, 2000; DIAS, 2012). A responsabilidade social, conforme Dias (2012) surge como um conceito baseado em um conjunto de ideias e práticas que estão diretamente ligadas às estratégias das organizações a fim de proporcionar benefícios sociais.

Rover et al. (2012) destacam que a evidenciação de ações de responsabilidade social ocasionam um efeito positivo na legitimidade da organização, visto que ela gera uma boa imagem à instituição, ou seja, um recurso intangível valioso, além dos benefícios sociais, econômicos e ambientais decorrentes das atividades (BRANCO; RODRIGUES, 2006; MACEDO et al., 2011; GENG et al., 2013).

A atuação das instituições de ensino superior no campo da responsabilidade social vem se intensificando no aspecto acadêmico quando ocorre a formação profissional do indivíduo e a formação deste enquanto cidadão responsável, atendendo também aspectos mercadológicos, visto que as instituições de ensino superior, principalmente as que atuam no âmbito privado, precisam se posicionar no mercado e estabelecer um diferencial perante a ampla concorrência (MOURA, 2002).

Disterheft et al. (2015) expõem a existência de diversas iniciativas que impulsionam as instituições de ensino superior a aderir às práticas de responsabilidade social. Aleixo, Azeiteiro e Leal (2016) realizaram uma pesquisa de abordagem qualitativa visando identificar as práticas de responsabilidade social nas instituições de ensino superior portuguesas em diferentes dimensões (ambiental, econômica, social, cultural, institucional, educacional e política). Para atingir essa finalidade, os autores procuraram conhecer e caracterizar as práticas de responsabilidade social das instituições e, em seguida, identificaram as dificuldades e os desafios para implementar ações socioambientais nas instituições portuguesas e, por fim, analisaram o estágio de implementação de tais práticas.

No Brasil, a evidenciação das informações socioambientais foi abordada por Seibert (2017), que, considerando uma amostra composta apenas por instituições de ensino superior filantrópicas, buscou identificar os fatores determinantes da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social.

Destaca-se que as pesquisas sobre práticas de responsabilidade social das instituições privadas de ensino superior desenvolvidas no Brasil são escassas. Ao pesquisar em bancos de dados científicos internacionais como, por exemplo, Scopus e Web of Science, utilizando as palavras-chave “instituições de ensino superior”, “responsabilidade social”, “Brasil”, em português e em inglês, foram encontrados poucos estudos sobre a temática pesquisada, sendo que nenhum deles abordava a evidenciação de práticas de responsabilidade social em instituições privadas de ensino superior brasileiras. Cabe mencionar que a busca por tais trabalhos utilizou como filtro artigos científicos revisados por pares no período de 2008 a 2017.

Diante do contexto apresentado e considerando a relevância do tema e sua importância no ambiente de gestão das instituições de ensino superior, o presente estudo propõe analisar os determinantes da evidenciação de práticas de responsabilidade social das instituições de ensino superior privadas brasileiras.

A ampliação do conhecimento sobre esse tema é útil para diversos públicos. Para os gestores das instituições de ensino superior, onde a discussão sobre o tema contribui para o processo de tomada de decisão sobre a adoção de práticas de responsabilidade social. Já no caso dos legisladores, ela auxilia na elaboração de políticas públicas que fomentem o compromisso das organizações de ensino superior com a sociedade.

O artigo está dividido em quatro partes, a primeira consiste na introdução, apresentando a relevância do tema, os objetivos e a problemática. A segunda parte apresenta a revisão de literatura e a proposição das hipóteses. Na sequência, são expostos os métodos utilizados e em seguida, os resultados são apresentados. E finaliza-se com as considerações finais.

2 REVISÃO DE LITERATURA E FORMULAÇÃO DAS HIPÓTESES

A informação continua sendo um artefato indispensável para o desenvolvimento das empresas e sua permanência no mercado (CRUZ; LIMA, 2010). Para Verrechia (2001), o processo de evidenciação da informação pode ser caracterizado pela teoria da divulgação, porém existe uma diferença entre o momento em que ocorre a divulgação e o processo de divulgação. Esta categorização consiste em divulgação baseada em associação, divulgação baseada em julgamento e divulgação baseada em eficiência.

Na divulgação baseada em associação, o foco está na relação ou associação entre a divulgação e os investidores a fim de interpretar as mudanças existentes no comportamento dos profissionais que atuam no mercado de capitais. A divulgação baseada em julgamento corresponde à segunda categoria estabelecida por Verrecchia (2001), cujo o objetivo compreende identificar o motivo pelo qual uma informação é divulgada. A última categoria, baseada em eficiência, contempla pesquisas que evidenciam a divulgação de preferência, ou seja, os tipos de divulgação mais eficientes. Neste estudo, será abordado a divulgação baseada em julgamento, que consiste em identificar os motivos da evidenciação de práticas socioambientais considerando os incentivos que as instituições privadas de ensino superior possuem para divulgar informações.

A divulgação de informações sociais, econômicas ou ambientais proporcionam o alcance da legitimidade organizacional, o que pode promover o sucesso e a sobrevivência das organizações no mundo corporativo (MACHADO DA SILVA et al., 1996). Dias Filho (2007) relata que, a teoria da legitimidade consiste em uma das teorias predominantes na investigação acerca da evidenciação de informação sobre responsabilidade social. O autor afirma que a teoria da legitimidade corresponde a um dos recursos teóricos proposto para explicar os tipos de evidenciação de práticas de responsabilidade.

Para Suchman (1995, p 586), a legitimidade pode ser definida como “uma percepção generalizada de que as ações levadas a cabo por uma empresa são desejáveis, próprias e apropriadas dentro de um sistema de normas sociais, valores, crenças e definições”. Com esta definição, O’Donovan (2002, p. 349) afirma que o processo da legitimação ocorre “para ganhar ou aumentar a legitimidade, manter o seu nível da legitimidade

atual, ou reparar ou defender a perda ou ameaça de legitimidade”.

A forte relação entre as duas teorias, da divulgação e da legitimidade, se justifica pelo fato de elas serem muito utilizadas para estabelecer melhor compreensão das motivações das organizações em evidenciar informações de responsabilidade social (COMIER; MAGNAN; VAN VELTHOVEN, 2005).

Diversos estudos abordaram a adoção de práticas de responsabilidade social e ambiental em organizações, como Rover, Borba e Murcia (2009) analisaram a evidenciação de informações contidas nos relatórios de sustentabilidade de empresas consideradas danosas ao meio ambiente quanto à preferência por divulgação voluntária para garantir a legitimidade e a imagem positiva da organização perante a sociedade.

A adoção e a amplitude da evidenciação de práticas de responsabilidade social pelas instituições de ensino superior privadas podem ser identificadas e motivadas por diversos fatores. Sampaio et al. (2012) alegam que as pressões ocorrem pelas partes interessadas e, quando as instituições de ensino se preocupam em atender seus desafios, inicia-se um processo de legitimidade. Nesse sentido, Rufino (2014) afirma que um dos incentivos para as instituições de ensino divulgarem suas ações de responsabilidade social consiste na busca pela legitimidade.

As teorias que oferecem suporte para o presente estudo correspondem à teoria da divulgação e também à teoria da legitimidade, e diante dos pressupostos de ambas as teorias, foram elaboradas hipóteses com a finalidade de inferir a respeito dos fatores que determinam a amplitude da evidenciação de práticas de responsabilidade

social pelas instituições de ensino superior privadas.

Analisa-se, neste estudo, os seguintes fatores determinantes: o tamanho da instituição, o fator regional e o fato de a instituição de ensino superior privada ser comunitária, confessional ou filantrópica.

2.1 Tamanho da instituição

Uma das variáveis de maior relevância para a evidenciação de práticas de responsabilidade social é o tamanho da organização, sendo esta uma variável de poder significativo na explicação das divulgações das ações socioambientais (GALLEGO; RODRIGUEZ; GARCIA, 2011). Alshuwaikhat e Abubakar (2008) relatam que instituições maiores possuem, de forma proporcional, mais obrigações quanto a questões ambientais e sociais. As organizações maiores, mais visíveis, tendem a evidenciar mais informações sobre responsabilidade social para garantir sua reputação perante a sociedade (FIRTH, 1979). Brammer e Pavelin (2006) identificaram uma relação positiva entre a responsabilidade social e a reputação das empresas.

Adams (2002) também afirma que o tamanho da instituição influencia nos processos gerenciais, e estes tornam-se mais formais, alocando mais pessoas na coleta e na organização das informações. Portanto, a relação positiva ocorre devido ao fato de as organizações maiores vivenciarem mais pressões das partes interessadas e também devido ao fator financeiro, pois o processo de evidenciação de informações de responsabilidade social exige recursos financeiros, e organizações maiores conseguem investir mais em comparação com as médias e pequenas empresas (SILVA MONTEIRO; AIBAR-GUZMÁN, 2010).

Diversos estudos empíricos encontraram evidências significativas entre tamanho da instituição e evidenciação de informações de responsabilidade social (ALEIXO; AZEITEIRO; LEAL, 2016; ROVER et al., 2012; BURGVAL; VIEIRA, 2014; BRAAM et al., 2016).

Outros autores, como Marquezan et al. (2015) por exemplo, explicam que uma das razões para uma organização divulgar informações de responsabilidade social de forma voluntária consiste nos custos associados ao processo de evidenciação, sendo que os custos de grandes organizações possuem uma representatividade menor quando comparados ao tamanho da instituição. As pesquisas de Murcia e Santos (2009) e Rover et al. (2012) demonstraram que o tamanho da organização influencia positivamente na evidenciação de informações voluntárias. Hackston e Milne (1996) definem que a teoria da legitimidade corrobora a relação entre o tamanho da organização e a divulgação de informações de responsabilidade ambiental. Portanto, o tamanho das instituições de ensino superior que atuam no âmbito privado podem influenciar a amplitude da evidenciação de informações de responsabilidade social. Desta forma, surge a seguinte hipótese:

H1: Existe uma relação positiva entre a evidenciação de informações representativas de responsabilidade social das instituições de ensino superior privadas e o seu tamanho.

2.2 Fator regional

O Brasil possui uma enorme extensão territorial, dividida em cinco regiões: Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sul e Sudeste. Os estados que compõem cada região possuem algumas semelhanças quanto aos aspectos físicos, humanos, sociais e econômicos. A semelhança cultural entre estados que formam uma

determinada região ocasiona diferenças de comportamento de cada uma delas (IBGE, 2017).

O termo “região” possui origem no termo latino *regione* e consiste no regramento do território (PAIVA, 2005). O autor ainda destaca que a região é a base de uma construção social, resultante de um processo de regionalização. Oliveira e Lima (2003) relatam que, ao se tratar de desenvolvimento regional, a sociedade local tem plena responsabilidade do planejamento do espaço e do processo de crescimento. Nos estudos de Bassan e Siedenberg (2010), o cidadão é considerado fator atuante no desenvolvimento da sua região, criando assim, a cultura e valorizando a sua história. Os autores afirmam que cada região é marcada por diferenças e costumes distintos, fixados pelo estilo de vida.

O fator regional pode ser considerado um ponto relevante para compreensão da amplitude da evidenciação de responsabilidade social pelo fato de cada região possuir uma cultura distinta, acompanhada de diferentes características sociais, políticas, comportamentais e éticas. A cultura regional pode, assim, interferir no processo de busca pela legitimidade da instituição de ensino (SPECTER; SOLOMON, 1990; SENDUT; DATUK, 1991; HANIFFA; COOKE, 2005; GOLOB; BARTLETT, 2007; BALDINI et al., 2016; SEIBERT, 2017).

As diferenças existentes entre as regiões brasileiras está diretamente ligada à cultura de cada localidade. Quando se trata de organizações, pode se classificar os costumes e as ações desenvolvidas como cultura organizacional. Schein (1993) define cultura organizacional como “o modelo dos pressupostos básicos, que determinado grupo inventou, descobriu ou desenvolveu no processo de aprendizagem para lidar com os problemas de adaptação externa e integração interna”. Para Hassan (2010), o grau de respostas das organizações à pressão dos

públicos de interesse quanto à evidenciação de informações de responsabilidade social está relacionado às características do ambiente onde elas estão inseridas.

Conforme Alonso-Almeida et al. (2015), o perfil, a missão organizacional e a área geográfica diferem os padrões e a adoção de práticas de responsabilidade social nas instituições de ensino. Marimon et al. (2012) corrobora o fato de que os padrões de relatórios e evidenciações de práticas socioambientais de instituições pertencentes a áreas geográfica distintas apresentam-se de forma diferente.

Em um país como o Brasil, que possui grande diversidade cultural e onde a multiplicidade regional é significativa, o fator regional pode levar a necessidades de legitimação distintas entre as regiões, o que acarreta amplitudes de evidenciação de informações de responsabilidade social distintas entre as regiões. Nesse contexto, propõe-se a seguinte hipóteses de pesquisa:

H2: Existe uma relação entre a evidenciação de informações representativas de responsabilidade social e as regiões brasileiras onde as instituições de ensino superior privadas se localizam.

2.3 Instituições Comunitárias

As instituições de ensino superior comunitárias possuem o compromisso de atuar no desenvolvimento do bem-estar dos cidadãos e também das regiões onde estão inseridas (MOURA, 2002). Macedo et al. (2011) corrobora essa ideia e relata que tais instituições de ensino, além de atuarem na formação profissional dos estudantes, atuam também no processo de socialização do conhecimento com a sociedade.

No Brasil, as instituições de ensino superior comunitárias são constituídas enquanto associações ou fundações de direito privado sem

finalidade lucrativa, que incluem, em sua entidade mantenedora, representantes da comunidade (MEC, 2018). No entanto, uma das exigências feitas a essas instituições consiste na transparência administrativa, que possibilita uma interação com a sociedade e também a permanência de benefícios fiscais e tributários advindos da Lei 12.881, de 2013, que dispõe sobre a definição, as prerrogativas e as finalidades das instituições comunitárias (BRASIL, 2013).

Cabe ressaltar que, para obter a qualificação de instituição comunitária, a instituição precisa requerer ao Ministério da Educação e apresentar diversos documentos, como, por exemplo, seu estatuto registrado em cartório, as demonstrações contábeis do último exercício, a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, além de um relatório de responsabilidade social relativo ao exercício anterior (BRASIL, 2013). Diante desse contexto e considerando a transparência administrativa que essas instituições de ensino precisam ter para atingir a legitimidade perante a sociedade, propõe-se a seguinte hipótese:

H3: Existe uma relação positiva entre a evidenciação de informações representativas de responsabilidade social e as instituições de ensino superior privadas comunitárias.

2.4 Instituições confessionais

O grau de religiosidade e a prática de responsabilidade social possuem uma ligação positiva e as motivações para este relacionamento ocorrem pelos princípios éticos e pela crença existente nos grupos e nas comunidades (ANGELIDIS; IBRAHIM, 2004). Os princípios religiosos podem ser considerados um fator relevante para a evidenciação de responsabilidade social (JAMALI; SDIANI, 2013).

De acordo com a Lei n. 12.695, de 2012, as instituições confessionais podem aderir a convênios com o poder público tanto para a obtenção de recursos financeiros como para a adesão a benefícios fiscais e tributários. Diante desta possibilidade, as instituições precisam ser transparentes com seus relatórios financeiros e sociais. Assim, as instituições de cunho religioso evidenciam mais informações de responsabilidade social (JAMALI; SDIANI, 2013).

O Brasil é um país de diversas religiões e, diante dos pressupostos de que o conceito religioso se preocupa com os interesses sociais da comunidade e para manter a legitimidade por parte de seus seguidores, as instituições confessionais tendem a evidenciar as práticas de responsabilidade social adotadas por sua organização (FAROOK; HASSAN; LANIS, 2011). Dado este contexto, apresenta-se a seguinte hipótese:

H4: Existe uma relação positiva entre a evidenciação de informações representativas de responsabilidade social e as instituições de ensino superior privadas confessionais.

2.5 Instituições filantrópicas

Jamali e Sdiani (2013) mencionam que as instituições de ensino superior filantrópicas se preocupam mais com a sociedade do que as demais instituições. Isto ocorre devido aos compromissos sociais que essas instituições possuem, que, pautados na generosidade e na caridade, corroboram o processo de legitimidade das instituições filantrópicas perante a sociedade. O fator de legitimidade reflete na evidenciação, na transparência das informações de responsabilidade social relacionada às atividades organizacionais dessas instituições.

Salienta-se também que a evidenciação de responsabilidade social por parte da instituição

tende a reduzir a assimetria da informação a fim de melhorar sua qualidade (VERRECCHIA, 2001). A assimetria da informação pode gerar diversas pressões públicas e, para evitar tais pressões, as instituições filantrópicas procuram ser transparentes com suas ações e prestações de contas (PATTEN, 1991; DEEGAN; CARROLL, 1993).

As instituições filantrópicas possuem a finalidade de prestar serviços à sociedade, promovendo a caridade e a igualdade. Diante do contrato social existente entre as instituições filantrópicas e a sociedade, a evidenciação de informações de responsabilidade social além de minimizar as pressões sociais, auxiliam ainda na legitimidade organizacional (SHOCHER; SETHI, 1973; LINDBLUM, 1994). Assim, apresenta-se a seguinte hipótese:

H5: Existe uma relação positiva entre a evidenciação de informações representativas de responsabilidade social e as instituições de ensino superior privadas filantrópicas.

3 AMOSTRA, COLETA DE DADOS E PROCEDIMENTOS ESTATÍSTICOS

Para compor a amostra do presente estudo, foram selecionadas apenas as instituições ensino superior brasileiras que atuam no âmbito privado listadas pelo e-MEC. O parâmetro utilizado para definir a amostra foi instituição de ensino superior privada, sem ou com fins lucrativos, classificadas como universidades e centros universitários de ensino presencial, com situação ativa. A busca totalizou trezentas instituições de ensino. Após realizar todos os ajustes necessários, restaram 294 instituições de ensino superior, sendo 91 universidades e 203 centros universitários.

A coleta de dados ocorreu nos meses de agosto e setembro de 2018, para identificar a adoção de

práticas de responsabilidade social, foi realizada uma análise nos sites das instituições de ensino superior privadas brasileiras listadas pelo e-MEC. O método para tal abordagem corresponde a análise do conteúdo divulgado, utilizado para classificar a presença ou a ausência de informações sobre responsabilidade social (KRIPPENDORFF, 2013). Katiliūtė, Daunorienė e Katkutė (2014) utilizaram o mesmo método de análise de conteúdo para classificar as informações divulgadas sobre responsabilidade social em catorze sites de instituições de ensino superior da Lituânia. Barth (2013) também utilizou a análise de conteúdo para identificar as informações divulgadas sobre práticas socioambientais em dezessete instituições de ensino alemãs.

Para coletar as práticas de responsabilidade social evidenciadas pelas instituições de ensino superior privadas brasileiras, foram utilizadas as práticas socioambientais proposta por Seibert (2017), que objetivou, em seu estudo, construir indicadores de informação representativos de responsabilidade social para as instituições de ensino superior filantrópicas, estabelecendo categorias e medindo a extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social. Seibert (2017) trabalha com as seguintes categorias: ambiental, social, econômica e financeira, governança, produtos e serviços, estratégica, ética, legal, públicos internos e públicos externos.

Para apresentar maior confiabilidade sobre a coleta de dados realizada via página web das instituições de ensino superior e reduzir o viés interpretativo, foi realizada codificação de alguns relatórios por dois pesquisadores e aplicada a correlação intraclasses para evidenciar a similaridade de julgamento dos pesquisadores. Tal correlação possui uma variabilidade de 0 a 1, sendo definida como, $K < 0,4$ pobre, $0,4 \leq K <$

0,75, satisfatório; e $K \geq 0,75$ excelente (WILMSHURST; FRONT, 2000).

As variáveis independentes da pesquisa correspondem aos fatores que podem influenciar na evidenciação de informações de responsabilidade social das instituições de ensino superior que compõem a amostra. São elas: o tamanho da instituição, o fator regional, instituições comunitárias, instituições confessionais e instituições filantrópicas.

O tamanho de uma organização pode ser mensurado de diversas formas. As mais comuns correspondem ao volume de vendas, ao total do ativo e também à quantidade de funcionários. Nesta pesquisa, o critério utilizado para identificar o tamanho das instituições de ensino consiste no número de professores. Cabe destacar que este procedimento foi seguido em vários outros estudos (GALLEGO; RODRIGUEZ; GARCÍA, 2011; SIBONI; SORDO; PAZZI, 2013). Para operacionalizar a variável tamanho, serão utilizados os dados disponibilizados pelo INEP, sendo o número de professores.

Para medir o fator regional, foram consideradas as regiões brasileiras, Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste. Foram classificadas as instituições de acordo com sua região. Cada uma das regiões podem se diferenciar pela extensão territorial como também pelas características sociais, culturais, religiosas, políticas, éticas e comportamentais (SPECTER; SOLOMON, 1990; GOLOB; BARTLETT, 2007; BALDINI et al., 2016).

Em relação às instituições comunitárias foi considerada a classificação das instituições de ensino conforme a Lei n. 12.881, de 2013, que dispõe sobre a definição, a qualificação e as finalidades das instituições comunitárias de educação superior.

Já instituições confessionais foram classificadas de acordo com seus princípios religiosos, a

classificação das mesmas ocorreu através do reconhecimento do MEC (MEC, 2018).

No que tange as instituições filantrópicas, considerou-se a certificação das entidades filantrópicas reguladas pela Lei n. 12.101, de 2009, que estabelece características específicas e benefícios fiscais e estas instituições.

Para operacionalizar a variável fator regional, instituições comunitárias, confessionais e filantrópicas, será utilizada uma codificação por meio de *dummy* que corresponde a uma das formas de utilizar variáveis qualitativas, pois as variáveis *dummy* indicam presença ou ausência de tributos, ou seja, 0 ou 1, onde zero indica ausência e um indica presença (MISSIO; JACOBI, 2007).

Para realizar uma análise de consistência interna da amostra e garantir a confiabilidade das variáveis dependentes, foi realizado o teste do *Alpha de Cronbach* e da medida de adequabilidade da amostra de *Kaiser* (CRONBACH, 1951; KAISER, 1958; MACAGNAN, 2009; FIGUEIREDO FILHO; SILVA JUNIOR, 2010). E para testar as hipóteses propostas foi utilizada a regressão Tobit, tem por finalidade testar o efeito das variáveis independentes sobre as variáveis dependentes e corresponde a um modelo de estimação que acontece pelo método da máxima verossimilhança, o qual estima todas as observações conhecidas ou não conhecidas da amostra de estudo (GUJARATI, 2011).

4 RESULTADOS

Nessa seção, apresenta-se em primeiro momento as características da amostra estudada, em seguida, mostram-se os resultados apurados através da regressão Tobit e o teste de hipóteses.

Tabela 1 – Classificação das instituições de ensino superior

Classificação	Quantidade de instituições	% instituições
Centro universitário	203	69%
Universidades	91	31%
Total	294	100%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Tabela 2 – Número de instituições de ensino superior que compõem a amostra por região.

Região	Quantidade (UF)	% de UF por região
Centro-oeste	21	7%
Nordeste	43	14,66%
Norte	13	4,66%
Sul	63	21%
Sudeste	154	52,66%
Total	294	100%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Tabela 3 - Quantidade de instituições comunitárias, confessionais e filantrópicas

Condição	Nº de instituições	% de instituições
Comunitária	17	22,97%
Confessional	1	1,35%
Filantrópica	13	17,56%
Comunitárias e confessionais	3	4,05%
Comunitárias e filantrópicas	15	20,27%
Confessional e filantrópica	9	12,16%
Comunitária, confessional e filantrópica	16	21,62%
TOTAL	74	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

4.1 Características da amostra

A coleta de dados foi realizada em 294 instituições de ensino superior privadas brasileiras credenciadas pelo e-MEC. Na tabela a seguir, verifica-se a distribuição das instituições de ensino que compõem a amostra, sendo a maioria classificada como centro universitário.

As instituições de ensino superior também foram classificadas de acordo com a sua localização. Observa-se que na região sudeste reside o maior número de instituições de ensino superior privada, credenciada pelo e-MEC. Na tabela seguinte, verifica-se a distribuição da quantidade

de instituições de ensino superior que compõem a amostra por região.

As instituições que compõem a amostra também foram classificadas de acordo com as seguintes características: comunitárias, confessionais e filantrópicas. As instituições de ensino superior que possuem mais de uma certificação também foram consideradas.

Em relação ao tamanho da instituição de ensino superior, foram considerados os dados referentes ao número de professores ativos em cada instituição de ensino, a pesquisa foi realizada pelo site do INEP.

Tabela 4 - Tamanho da instituição de ensino superior

Nº de professores	Nº de instituições	%
1 – 100	40	13,60%
101 – 200	78	26,53%
201 – 300	56	19,04%
301 – 400	32	10,88%
401 – 500	28	9,52%
501 – 600	12	4,08%
601 – 700	9	3,06%
701 – 800	7	2,38%
801 – 900	10	3,40%
901 – 1000	5	1,71%
1001 – 1500	13	4,42%
Mais de 1501	4	1,37%
Total	294	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

4.2 Regressão Tobit

Na tabela 5 a seguir são apresentadas as regressões Tobit dos índices ambiental, social, econômico, financeiro e de governança, produtos, serviços e estratégica, ética e legal, públicos de interesse.

Em relação aos testes, destaca-se que a medida convencional da qualidade do ajustamento, R^2 , não é particularmente significativa nos modelos com regressando binário, no entanto, medidas semelhantes a R^2 , podem ser o pseudo R^2 . Os testes da Máxima da Verossimilhança (*Log likelihood*) de todos os modelos estimados são globalmente significativos.

Já em relação aos testes de hipóteses, rejeita-se a relação entre tamanho da instituição de ensino superior privado e o nível de evidenciação de todas as variáveis dependentes testadas. No entanto, observou-se ao analisar a média de evidenciação das variáveis que compunham cada uma das variáveis dependentes que há uma tendência de maior evidenciação, quanto maior o tamanho da instituição de ensino, mas essa tendência não se repete em todas as variáveis dependentes, já que em algumas são as

instituições pequenas e medianas as que mais evidenciam. Portanto, a evidenciação das instituições de ensino estudadas não é determinada pelo seu tamanho, esse resultado contraria o pressuposto da teoria da legitimidade, de que quanto maior a organização maior a pressão social para a legitimação de suas atividades. Recomenda-se estudos qualitativos que analisem individualmente cada variável dependente para auxiliar a compreensão desse resultado.

Rejeita-se também a relação entre fator regional da instituição de ensino superior e o nível de evidenciação das variáveis dependentes índice ambiental e índice de produto, serviço e estratégico. No entanto, observou-se que existe uma relação positiva significativa entre fator regional e o nível de evidenciação das variáveis dependentes índice social, índice econômico, financeiro e de governança, índice ética e legal e índice público de interesse. A variável independente significativa nas relações anteriormente citadas foi a Região Sul. Ao analisar as médias de evidenciação das variáveis dependentes por região, verificou-se maior evidenciação na região sul, com exceção do índice ambiental, em que a região centro-oeste

Tabela 5 – Regressão Tobit

Variável	Regressão Tobit – Índice ambiental					
Indambiental	Coef	Std. Err.	T	P> t	[95% C.I.]	
Tamanho	6.21e-06	.0000177	0.35	0.726	-.0000286	.000041
Região sul	.0398358	.0444937	0.90	0.371	-.0477331	.1274048
Região sudeste	.0093781	.0406238	0.23	0.818	-.0705746	.0893307
Região centro-oeste	.0437162	.0497805	0.88	0.381	-.0542578	.1416902
Região nordeste	.0185364	.0446385	0.42	0.678	-.0693176	.1063904
Comunitária	-.0092636	.0282054	-0.33	0.743	-.0647753	.0462482
Confessional	-.0125102	.0358907	-0.35	0.728	-.0831474	.058127
Filantrópica	.0163141	.028917	0.56	0.573	-.0405982	.0732263
Constante	.0510729	.0393292	1.30	0.195	-.0263317	.1284776
Log likelihood = 154.48273			Pseudo R2 = -0.0108			
LR chi2 = 3.31			y = Linear prediction (predict) = .0726852			
Prob > chi2 = 0.9133						
Variável	Índice social					
Indsocial	Coef	Std. Err.	T	P> t	[95% C.I.]	
Tamanho	.0000175	.000025	0.70	0.484	-.0000317	.0000668
Região sul	.1684048	.0629676	2.67	0.008	.0444769	.2923326
Região sudeste	.0753248	.057495	1.31	0.191	-.0378324	.1884819
Região centro-oeste	.105127	.0704296	1.49	0.137	-.033487	.243741
Região nordeste	.0366322	.0631748	0.58	0.562	-.0877035	.1609679
Comunitária	.0158374	.0399005	0.40	0.692	-.0626916	.0943665
Confessional	-.0019747	.050831	-0.04	0.969	-.1020162	.0980668
Filantrópica	.0603742	.0409465	1.47	0.141	-.0202134	.1409619
Constante	.2579	.0556601	4.63	0.000	.1483541	.3674459
Log likelihood = 53.758691			Pseudo R2 = -0.3108			
LR chi2 = 25.50			y = Linear prediction (predict) = .36555858			
Prob > chi2 = 0.0013						
Variável	Índice econômico, financeiro e de governança					
Indeconfinangover	Coef	Std. Err.	T	P> t	[95% C.I.]	
Tamanho	.0000193	.0000131	1.47	0.141	-6.44e-06	.000045
Região sul	.0758257	.0328831	2.31	0.022	.0111078	.1405436
Região sudeste	.0267883	.0300244	0.89	0.373	-.0323035	.08588
Região centro-oeste	.039838	.0367797	1.08	0.280	-.0325489	.1122249
Região nordeste	.0294199	.0329913	0.89	0.373	-.0355109	.0943508
Comunitária	.0277006	.0208329	1.33	0.185	-.013301	.0687023
Confessional	-.0030584	.0265252	-0.12	0.908	-.0552632	.0491465
Filantrópica	.0575016	.0213698	2.69	0.008	.0154433	.0995599
Constante	.1070478	.0290671	3.68	0.000	.0498402	.1642554
Log likelihood = 250.34309			Pseudo R2 = -0.0935			
LR chi2 = 42.82			y = Linear prediction (predict) = .16611111			
Prob > chi2 = 0.0000						

Tabela 5 – Regressão Tobit (continuação)

Índice produtos, serviços e estratégica						
Variável	Coef	Std. Err.	T	P> t	[95% C.I.]	
Indproduto						
Tamanho	.000016	.0000175	0.91	0.362	-.0000185	.0000504
Região sul	.0593017	.0441086	1.34	0.180	-.0275094	.1461128
Região sudeste	.0390069	.0402307	0.97	0.333	-.040172	.1181859
Região centro-oeste	.0607382	.0492629	1.23	0.219	-.0362171	.1576936
Região nordeste	.0386382	.0441938	0.87	0.383	-.0483405	.1256169
Comunitária	.0149672	.0280331	0.53	0.594	-.0402052	.0701397
Confessional	-.0012567	.0358793	-0.04	0.972	-.0718715	.0693581
Filantrópica	.0147562	.0288584	0.51	0.610	-.0420407	.0715531
Constante	.3898301	.0389417	10.01	0.000	.3131882	.466472
Log likelihood = 146.42999			Pseudo R2 = -0.0219			
LR chi2 = 6.27			y = Linear prediction (predict) = .44390422			
Prob > chi2 = 0.6171						
Índice ética e legal						
Variável	Coef	Std. Err.	T	P> t	[95% C.I.]	
Indetica						
Tamanho	.0000149	.0000129	1.16	0.248	-.0000105	.0000404
Região sul	.0798198	.0325289	2.45	0.015	.015799	.1438406
Região sudeste	.0292305	.0296869	0.98	0.326	-.0291968	.0876579
Região centro-oeste	.0541073	.0363843	1.49	0.138	-.0175014	.125716
Região nordeste	.0285781	.0326232	0.88	0.382	-.0356284	.0927846
Comunitária	.0624252	.0206178	3.03	0.003	.0218468	.1030035
Confessional	.0052105	.0263247	0.20	0.843	-.0465997	.0570206
Filantrópica	-.0201185	.0211944	-0.95	0.343	-.0618317	.0215947
Constante	.2008589	.0287386	6.99	0.000	.1442977	.25742
Log likelihood = 233.60891			Pseudo R2 = -0.0828			
LR chi2 = 35.71			y = Linear prediction (predict) = .25412945			
Prob > chi2 = 0.0000						
Índice público de interesse						
Variável	Coef	Std. Err.	T	P> t	[95% C.I.]	
Indpúblico						
Tamanho	.0000105	.0000129	0.81	0.416	-.0000149	.0000359
Região sul	.1197273	.0325008	3.68	0.000	.0557618	.1836928
Região sudeste	.0777506	.0296753	2.62	0.009	.0193459	.1361553
Região centro-oeste	.0751591	.0363521	2.07	0.040	.0036139	.1467044
Região nordeste	.0879649	.0326077	2.70	0.007	.023789	.1521408
Comunitária	.0312504	.0205907	1.52	0.130	-.0092745	.0717753
Confessional	-.0168229	.0262168	-0.64	0.522	-.0684208	.034775
Filantrópica	.001225	.0211213	0.06	0.954	-.0403444	.0427943
Constante	.1480294	.0287291	5.15	0.000	.091487	.2045719
Log likelihood = 253.86276			Pseudo R2 = -0.0545			
LR chi2 = 26.26			y = Linear prediction (predict) = .24014492			
Prob > chi2 = 0.0009						

Fonte: Elaborado pelos autores.

apresentou maior evidência de práticas de responsabilidade social. Portanto, não rejeita-se parcialmente essa hipótese, visto que em dois testes ele foi rejeitada. Os resultados corroboram com os resultados de Seibert (2017) e Haniffa e Cooke (2005) que encontraram relação positiva entre fator regional e evidência de informações representativas de responsabilidade social, sendo que no estudo de Seibert (2017) a autora também identificou a Região Sul como a região que se diferencia em relação as demais regiões.

Já a relação entre instituição comunitária e o nível de evidência das variáveis dependentes não rejeita-se parcialmente, pois os resultados demonstram que o índice ético e legal não foi rejeitado, sendo os demais rejeitados. Esperava-se que a hipótese fosse rejeitada no teste com todas as variáveis dependentes, pois as instituições comunitárias caracterizam-se pelo dever de manter transparência administrativa e publicar relatório de responsabilidade social, no entanto o fato de não rejeitar a hipótese do índice ético e legal demonstra a preocupação dessas instituições com uma parte interessada importante para ela, o governo, dado que essa pode receber recursos públicos para exercer suas atividades. Os resultados desta pesquisa não corroboram os resultados de Seibert (2017) que encontrou relação significativa com índices econômico, financeiro e de governança, e índice público de interesse.

Da mesma forma que a hipótese tamanho da instituição, rejeita-se a relação entre instituição confessional e o nível de evidência das variáveis dependentes testadas. Embora o grau de religiosidade e a prática de responsabilidade social estejam próximos, verifica-se que os princípios religiosos não são considerados determinantes para a evidência de práticas de responsabilidade social, rejeitando assim, a

hipótese proposta. Os resultados diferenciam dos resultados encontrados por Seibert (2017) que rejeitou parcialmente a hipótese, não sendo rejeitada apenas pelo índice ambiental.

E não rejeita-se parcialmente a relação entre instituição filantrópica e o nível de evidência das variáveis dependentes, os resultados demonstram que o índice econômico, financeiro e de governança não foi rejeitado, sendo os demais rejeitados. Esperava-se que a hipótese fosse rejeitada no teste com todas as variáveis dependentes, pois as instituições filantrópicas precisam manter transparência administrativa, no entanto o fato de não rejeitar a hipótese do índice econômico, financeiro e de governança demonstra a preocupação que essas instituições possuem com uma parte interessada importante, seus financiadores, pois essas instituições sobrevivem de doações de bens e direitos feitas por qualquer doador, que não pode ser denominado proprietário da instituição. Os resultados desta pesquisa corroboram parcialmente com os resultados de Seibert (2017) que encontrou relação significativa com índices econômico, financeiro e de governança, e índice público de interesse.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo visou analisar os determinantes da evidência de práticas de responsabilidade social das instituições de ensino superior privadas brasileiras. Para compor a amostra, utilizou-se 294 instituições de ensino superior privadas, listadas pelo e-MEC. As informações utilizadas foram coletadas nas páginas web de cada instituição de ensino.

O estudo possibilitou descrever através da pesquisa bibliográfica, os possíveis determinantes da evidência de práticas de responsabilidade

social nas instituições de ensino superior. Foi possível verificar também que as instituições de ensino superior privadas evidenciam poucas informações de práticas de responsabilidade social.

Os resultados indicam que o tamanho da instituição de ensino superior não é determinante para a evidenciação de práticas de responsabilidade social. No que tange ao fator regional, conclui-se que as regiões possuem características diferentes, os resultados da pesquisa demonstram uma relação entre a evidenciação de informações de responsabilidade social e as regiões brasileiras onde as instituições de ensino superior privadas se localizam, a região sul possui maior média de divulgação.

Em se tratando de categorias, conclui-se que as instituições comunitárias não são determinantes para a evidenciação de práticas de responsabilidade social, embora tenha apresentado significância estatística em relação ao índice ética e legal, essa categoria não apresenta relação positiva para todos os índices.

Já a categoria de instituições confessionais conclui-se que não são determinantes para a evidenciação de práticas de responsabilidade social. Embora o grau de religiosidade e a prática de responsabilidade social possuem uma ligação de princípios e valores, tornou-se possível identificar que tais princípios religiosos não são fatores relevantes para a divulgação destas informações.

As instituições filantrópicas, também não possuem significância estatística, e diante do conceito de que estas instituições possuem por finalidade a prestação de serviços à sociedade, mantendo um compromisso social pautado na generosidade e na caridade, a fim de atender a legitimidade perante a sociedade, conclui-se que existe uma relação positiva entre a categoria e as variáveis, porém não são consideradas

determinantes para a evidenciação de responsabilidade social.

Os dados da pesquisa possibilitam uma comparação entre as instituições de ensino superior privadas, permitindo aos gestores educacionais usarem essas informações para analisar sua atual gestão institucional, e propor melhorias para as práticas de responsabilidade social de suas instituições e posterior evidenciação das mesmas. A pesquisa contribui para o debate do desenvolvimento de políticas públicas, que objetivem fomentar a adoção de ações de responsabilidade social por parte das instituições de ensino superior privadas, e também contribui para com a literatura, pois adota uma perspectiva de analisar a evidenciação de práticas de responsabilidade social em instituições de ensino superior privadas brasileiras.

A pesquisa utilizou apenas de instituições de ensino superior, analisando somente as informações contidas nas páginas web de cada instituição, observa-se que poderiam ser consideradas também informações de mídia e relatórios internos das instituições. Essa perspectiva pode então ser abordada em estudos futuros.

REFERÊNCIAS

ADAMS, C. Internal organizational factors influencing corporate social and ethical reporting: beyond current theorising. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, Bradford, v.15, n.2, p.223-250, 2002.

ALIGLERI, L. ALIGLERI, L. A. KRUGLIANSKAS, I. *Gestão socioambiental: responsabilidade e sustentabilidade do negócio*. São Paulo: Atlas, 2009.

ALEIXO, A. M. AZEITEIRO, U. M. LEAL, S. *Toward Sustainability through Higher Education:*

- Sustainable Development incorporation into Portuguese Higher Education Institutions. In J. P. Davim & W. Leal Filho (Eds.), *Challenges in Higher Education for Sustainability* (pp. 159-187). London: Springer, 2016.
- ALONSO-ALMEIDA, M. M., MARIMON, F., CASANI, F., RODRIGUEZ-POMEDA, J. Diffusion of sustainability reporting in universities: Current situation and future perspectives. *Journal of Cleaner Production*, 106, 144–154, 2015.
- ALSHUWAIKHAT, H. M.; ABUBAKAR, I. An integrated approach to achieving campus sustainability: Assessment of the current campus environmental management practices. *Journal of Cleaner Production*, 16, 1777–1785, 2008.
- ANGELIDIS, J. IBRAHIM, N. An exploratory study of the impact of degree of religiousness upon an individual's corporate responsiveness orientation. *Journal of Business Ethics*, 51, 119-128, 2004.
- BALDINI, M. MASO, L. D. LIBERATORE, G. MAZZI, F. TERZANI, S. Role of country and firm level determinants in environmental, social, and governance disclosure. *Journal of Business Ethics*, in press, 2016.
- BARTH, M. Many roads lead to sustainability: A process-oriented analysis of change in higher education. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 14(2), 160–175, 2013.
- BASSAN, Dilani Silveira. SIEDENBERG, Dieter Rugard. Desenvolver buscando a redução das desigualdades. *Edunisc*, p. 137-153, 2010.
- BRAAM, G. J. M. WEERD, L. U. HAUCK, M. HUIJBREGTS, M. A. J. Determinants of corporate environmental reporting: The importance of environmental performance and assurance. *Journal of Cleaner Production*, 1-11, 2016.
- BRANCO, M. C. e RODRIGUES, L. L. Communication of corporate social responsibility by Portuguese banks: A legitimacy theory perspective. *Corporate Communications: An International Journal*, 232-248, 2006.
- BRAMMER, S., PAVELIN, S. Voluntary environmental disclosures by large UK companies. *Journal of Business Finance & Accounting*, 33 (7/8), 1168-1188, 2006.
- BURGWAL, D. V. VIEIRA, R. J. O. Determinantes da divulgação ambiental em companhias abertas Holandesas. *Revista de Contabilidade & Finanças*, 60-78, 2014.
- CONCEIÇÃO, S. H., DOURADO, G. B., SILVA, S. F. Global Reporting Initiative (GRI) - Um estudo exploratório da prática de evidenciação em sustentabilidade empresarial na América Latina. *Revista de Gestão, Finanças E Contabilidade*, 2(3), 17–38, 2012.
- CORMIER, Denis; MAGNAN, Michel; VAN VELTHOVEN, Barbara. Environmental disclosure quality in large German companies: economic incentives, public pressures or institutional conditions? *European Accounting Review*, v. 14, n. 1, p. 3-39, 2005.
- CRONBACH, L. J. Coefficient alpha and the internal structure of tests. *Psychometrika* 16, nº 3, 297-334, 1951.
- CRUZ, C.V.O.A., LIMA, G.A.S.F. Reputação corporativa e nível de disclosure das empresas de capital aberto no Brasil. *Revista Universo Contábil*, 6(1), 85–101, 2010.
- DEEGAN, C. CARROLL, G. An analysis of incentives for Australian firms to apply for reporting excellence awards. *Accounting and business Research*, 219-227, 1993.
- DIAS, R. Responsabilidade social: fundamentos e gestão. São Paulo, Atlas. 2012.
- DIAS FILHO, José M. "Políticas de evidenciação contábil: um estudo do poder preditivo e explicativo da teoria da legitimidade." *Anais do XXXI Encontro da ANPAD*, 2007.
- DISTERHEFT, A., CAEIRO, S., AZEITEIRO, U. M., LEAL FILHO, W. Sustainable universities: A study of critical success factors for participatory approaches. *Journal of Cleaner Production*, 106, 11–21, 2015.
- FAROOK, S. M. HASSAN, K. LANIS, R. Determinants of corporate social responsibility disclosure: the case of Islamic banks. *Journal of*

Islamic Accounting and Business Research, 114-141, 2011.

FIGUEIREDO FILHO, D. B. SILVA JUNIOR, J. A. Visão além do alcance: uma introdução à análise fatorial. *Opinião Pública*, 16, 1, 160-185, 2010.

FIRTH, M. The impact of size, stock market listing and auditors on voluntary disclosure in corporate annual reports. *Accounting and Business Research*, London, v.9, n.36, p.273-280, Autumn 1979.

GALLEGO, I. RODRÍGUEZ, L., GARCÍA, I. M. Information disclosed online by Spanish universities: Content and explanatory factors. *Online Information Review*, 35(3), 360–385, 2011.

GENG, Y. LIU, K., XUE, B. FUJITA, T. “Creating a ‘green university’ in China: a case of Shenyang University”, *Journal of Cleaner Production*, Vol. 61, pp. 13-19, 2013.

GOLOB, U. BARTLETT, J. L. Communicating about corporate social responsibility, a comparative study of CSR reporting in Australia and Slovenia. *Public Relations Review*, 1-9, 2007.

GUJARATI, D. N. PORTER, D. C. *Econometria básica*. Porto Alegre: Bookman, 2011.

HACKSTON, D.; MILNE, M. Some determinants of social and environmental disclosure in New Zealand companies. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, Bradford, v.9, n.1, p.77-108, 1996.

HANIFFA, R.M.; COOKE, T.E., The impact of culture and governance on corporate social reporting. *Journal of Accounting and Public Policy*, 391-430. 2005.

HASSAN, N. T. Corporate social responsibility disclosure: An examination of framework of determinants and consequences. Tese de Doutorado. Durham, 2010.

JAMALI, D. SDIANI, Y. Does religiosity determine affinities to CSR? *Journal of Management, Spirituality Religion*, 10, 4, 309-323, 2013.

KATILIÛTË, E. DAUNORIENË, A. KATKUTË, J. Communicating the sustainability issues in higher education institutions *World Wide Webs*.

Procedia—Social and Behavioral Sciences, 156, 106–110, 2014.

KAYSER, H. F. The varimax criterion for analytic rotation in factor analysis. *Psychometrika*, Williamsburg, v. 23, n. 3, p. 187-200, 1958.

KRIPPENDORFF, K. *Content analysis: An introduction to its methodology*. London: SAGE, 2013.

LINDBLOM, C. K. The implications of organizational legitimacy for corporate social performance and disclosure. Papera apresentado na Critical Perspectives on Accounting Conference. New York, 1994.

MACAGNAN, C. B., Evidenciação voluntária: fatores explicativos da extensão da informação sobre recursos intangíveis. *Revista Contabilidade & Finanças*, p. 46-61, 2009.

MACEDO, J. M. A.; CORDEIRO, J. F.; PEREIRA, L. A. C.; RIBEIRO, J. F. R. F.; TORRES, U. C. L.; LOPES, J. E. G. Responsabilidade social e reputação corporativa: uma investigação sobre a percepção dos stakeholders numa concessionária de energia elétrica nordestina. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 5, n. 11, p. 69-86, 2011.

MACHADO-DA-SILVA, Clóvis L.; FONSECA, Valéria. Competitividade organizacional: uma tentativa de reconstrução analítica. *Organizações & Sociedade*, v. 4, n. 7, p. 97-114, 1996.

MARIMON, F. ALONSO-ALMEIDA, M. RODRIGUEZ, M. CORTEZ, A. The worldwide diffusion of the global reporting initiative: what is the point? *J. Clean. 20*, 33, 132-144, 2012.

MARQUEZAN, L. H. F. SEIBERT, R. M. BARTZ, D. BARBOSA, M. A. G. ALVES, T. W. Análise dos determinantes do disclosure verde em relatórios anuais de empresas listadas na BM&FBOVESPA. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 127-150, 2015.

MISSIO, F. JACOBI, L. F. Variáveis dummy: especificações de modelos com parâmetros variáveis. *Ciências Natura*, UFSM, 29, 1, 111-135, 2007.

MOURA, L. A. A. Qualidade e gestão ambiental: sugestões para implantação das normas ISO

14000 nas empresas. 3 Ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

MURCIA, F. SANTOS, D. A. Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário das companhias abertas no Brasil. REPEC – Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade, 2, 72-95, 2009.

O'DONOVAN, G. Environmental disclosures in the annual report: extending the applicability and predictive power of legitimacy theory. Accounting, Auditing and Accountability Journal. v. 15, n. 3, p. 344-371, 2002.

OLIVEIRA, Gilson. Batista. LIMA, José. Edimilson. Souza. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. Revista FAE. Curitiba, v. 6, n. 2, p. 29-37, 2003.

PAIVA, Carlos A. N. Regionalização com vistas ao planejamento do desenvolvimento endógeno sustentável. In: Anais nas Primeiras Jornadas de Economia Regional Comparada. Porto Alegre: FEE/PUCRS, 2005.

PATTEN, D. M. Exposure, legitimacy and social disclosure. Journal os Accounting and Public Policy, 297-308. 1991.

ROVER, S. BORBA, J.A. MURCIA, F.D.R. Características do disclosure ambiental de empresas brasileiras potencialmente poluidoras: análise das demonstrações financeiras e dos relatórios de sustentabilidade do período. Contextus Revista Contemporânea de Economia E Gestão, 7(1), 23–36, 2009.

ROVER, S. TOMAZZIA, E. C. MURCIA, F. D-R; BORBA, J. A. Explicações para a disclosure ambiental no Brasil utilizando a análise de regressão em painel. Revista de Administração, São Paulo, v.47, nº 2, p. 217-230, abr./maio/jun. 2012.

ROWLEY, T. BERMAN, S. A brand new brando f corporate social performance. Business e Society. v. 39, n. 4, 397-418. 2000.

RUFINO, A. M. Responsabilidade Social e Ambiental Corporativa: Determinantes da disclosure de informações voluntárias. Dissertação

de Mestrado. Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis. UNB, UFPB, UFRN. João Pessoa, PB, 2014.

SAMPAIO, M. S.; GOMES, S. M. S.; BRUNI, A. L.; DIAS FILHO, J. M. Evidenciação de Informações Socioambientais e Isomorfismo: um estudo com mineradoras brasileiras. Revista Universo Contábil, v. 8, p. 105-122, 2012.

SCHEIN, E. H. Career Anchors: Discovering Your Real Values. San Diego: Pfeiffer Company, 1993.

SEIBERT, Rosane Maria. Determinantes da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social: um estudo em instituições de ensino superior filantrópicas. 2017. 206 p. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). 2017.

SENDUT, H. DATUK, T. S. Managing in a multicultural society the Malaysian experience. Malaysian Management Review, 61-69, 1991.

SHOCKER, A. D. SETHI, P. An approach to incorporating societal preferences in developing corporate action strategies. California Management Review, 97-105, 1973.

SIBONI, B. SORDO, C. D. PAZZI, S. Sustainability reporting in state universities: An investigation of Italian pioneering practices. International Journal of Social Ecology and Sustainable Development, 4(2), 1–15, 2013.

SILVA MONTEIRO, S. M., AIBAR-GUZMÁN, B. Determinants of environmental disclosure in the annual reports of large companies operating in Portugal. Corporate Social Responsibility and Environmental Management, 17 (4), 185-204, 2010.

SPECTER, C. N. SOLOMON, J. S. The human resource fator in Chinese management reform. International Studies of Management & Organization, 69-83, 1990.

SUCHMAN, Mark C. Managing legitimacy: strategic and institutional approaches. Academy of Management Review, v. 20, p. 571-610, 1995.

VERRECCHIA, Robert E. Essays on Disclosure. Journal of accounting and Economics. 97-180. 2001.

WILMSHURST, T. D. FROST, G. R. Corporate environmental reporting: a test of legitimacy theory. Accounting, Auditing, & Accountability Journal, v. 13, 1, 10-26, 2000.